



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13851.901855/2011-41

**Recurso nº** Voluntário

**Resolução nº** 3201-001.030 – 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 29 de agosto de 2017

**Assunto** IPI - RESSARCIMENTO

**Recorrente** BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S/A (nova denominação de AGRI-TILLAGE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.)

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência.

(assinado digitalmente)

Winderley Morais Pereira - Presidente e Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Winderley Morais Pereira, Paulo Roberto Duarte Moreira, Tatiana Josefovitz Belisário, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Orlando Rutigliani Berri, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade e Renato Vieira de Ávila.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte supra identificado em face do acórdão nº 14-56.774 da DRJ Ribeirão Preto/SP que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade manejada para se contrapor ao Despacho Decisório que indeferira o Pedido de Ressarcimento de IPI e, por conseguinte, não homologara as compensações declaradas.

Na Manifestação de Inconformidade, o contribuinte requereu preliminarmente a nulidade, por generalidade, do despacho decisório e, no mérito, invocou o princípio da verdade material e pleiteou o reconhecimento da não incidência da taxa Selic e multas sobre os débitos que restaram não compensados.

Anteriormente, o contribuinte havia impetrado Mandado de Segurança, tendo obtido decisão liminar, em que se determinou que os pedidos de ressarcimento por ele

---

formulados fossem examinados “no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da intimação [da] decisão, sob as penas da lei.”

A par da liminar, o contribuinte foi intimado a apresentar livros, documentos e arquivos digitais em 20 dias, tendo a Fiscalização verificado que os arquivos digitais apresentados continham milhares de ocorrências de erros, sendo que, em função dessas incorreções e do prazo exíguo para a prolação da decisão, o pedido foi indeferido.

A decisão da DRJ Ribeirão Preto/SP, denegatória do direito pleiteado, fundamentou-se na falta de apresentação de prova documental por parte do interessado que pudesse embasar o resarcimento e na existência de previsão legal para a aplicação da taxa Selic no cálculo dos juros de mora.

Quanto à alegação do contribuinte acerca do caráter confiscatório da multa de ofício, o julgador *a quo* argumentou que a vedação ao confisco prevista na Constituição Federal é dirigida ao legislador, cabendo à autoridade administrativa apenas aplicar as penalidades nos moldes da legislação que as instituiu.

Cientificado da decisão de primeira instância, o contribuinte interpôs Recurso Voluntário, reiterando a existência do crédito postulado e pedindo, alternativamente, a realização de diligência para as apurações cabíveis.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Winderley Moraes Pereira, Relator.

O julgamento deste processo segue a sistemática dos recursos repetitivos, regulamentada pelo art. 47, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF 343, de 09 de junho de 2015. Portanto, ao presente litígio aplica-se o decidido na Resolução nº 3201-001.025, de 29/08/2017, proferido no julgamento do processo 13851.901697/2011-20, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

Transcreve-se, nos termos regimentais, o entendimento que prevaleceu naquela decisão (Resolução nº 3201-001.025):

*A compensação tributária pode ser requerida pelo contribuinte que possua crédito líquido e certo contra a Fazenda. Nesse sentido é a literalidade do artigo 170 do CTN<sup>1</sup>. A administração, no prazo de 30 dias para análise que lhe foi concedido pelo Poder Judiciário, no âmbito do Mandado de Segurança impetrado pela recorrente, intimou a empresa a apresentar arquivos e documentos que já deviam estar disponíveis. O artigo 11 da Lei 8.218/91<sup>2</sup> prescreve o dever dos contribuinte de disponibilizar os dados.*

---

<sup>1</sup> Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.

<sup>2</sup> Art. 11. As pessoas jurídicas que utilizarem sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal, ficam obrigadas a manter, à disposição da Secretaria da Receita Federal, os respectivos arquivos digitais e sistemas, pelo prazo decadencial previsto na legislação tributária.

---

*A responsabilidade do serviço público é muito grande quando defere restituição/ressarcimento ao contribuinte, pois se trata de transferir recursos da sociedade para o particular. Somente a materialidade provada, líquida e certa autoriza um ato administrativo com essa envergadura de responsabilidade.*

*No presente caso, não existiam condições para tanto. Com efeito, o arquivo próprio para tais tipos de análises, que detalha as notas fiscais, não foi oferecido à administração, posto que aquele apresentado possuía tantos erros que não poderia validamente ser fundamento da restituição/ressarcimento.*

*O Relatório Fiscal aponta milhares e milhares de erros no arquivo digital apresentado, erros inclusive de “IPI inválido”[...]. Resume-se:*

*ANO QUANTIDADE DENOMINAÇÃO DA INCONSISTÊNCIA*

*2005 7667 Já existe um participante com esta identificação*

*2005 12 Inconsistência de IPI*

*2005 6 Inconsistência de Valor*

*2005 441 IPI Inválido*

*2005 3 NCM Inválida ou Inexistente*

*2008 9125 Já existe um participante com esta identificação*

*2008 186 Inconsistência de ICMS 2008 78 Inconsistência de IPI*

*2008 18 Inconsistência de Valor 2008 566 IPI Inválido*

*2008 4 NCM Inválida ou Inexistente*

*2009 9400 Já existe um participante com esta identificação*

*ANO QUANTIDADE DENOMINAÇÃO DA INCONSISTÊNCIA*

*2009 109 Inconsistência de ICMS*

*2009 44 Inconsistência de IPI*

*2009 1 Inconsistência de Valor*

*2009 494 IPI Inválido*

*2009 3 NCM Inválida ou Inexistente*

*2010 8875 Já existe um participante com esta identificação*

*2010 17 Inconsistência de ICMS*

*2010 1207 Inconsistência de IPI*

*2010 310 Inconsistência de Valor*

*2010 13114 IPI Inválido*

*2010 1 NCM Inválida ou Inexistente*

*Não se configura, portanto, a materialidade do crédito pretendido.*

---

*Logo, mais que lícito e fundamentado o indeferimento da compensação.*

*A recorrente poderia, no longo prazo que decorreu desde o indeferimento do Despacho Decisório até hoje, esclarecer as divergências, oferecer outro arquivo, apontar planilhas com, ao menos, parte do crédito devido, indicar a origem material de seu direito, mas não é o que aconteceu. Poderia e deveria, porque o ônus de provar o crédito é seu - art. 333 do Código Civil<sup>3</sup>. Até hoje, entretanto, mantém-se na tentativa de obter um deferimento sumário, sem análise de mérito do crédito.*

*A obrigação de esclarecimento do contribuinte é positivada, ainda, artigo 4º da Lei 9.784/99:*

*Art. 4º São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:*

*I - expor os fatos conforme a verdade;*

*II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;*

*III - não agir de modo temerário;*

*IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos*

*Como pedido alternativo, a recorrente pede a conversão do julgamento em diligência.*

*Em regra, a diligência somente é cabível quando se verifique o esforço da recorrente em esclarecer a materialidade dos fatos. Embora não se verifique inovação probatória na Impugnação e no Recurso Voluntário, que ensejasse a constatação desse esforço, o fato é que, nos casos de Pedido de Ressarcimento de IPI, o próprio programa gerador do pedido exige extensas informações, detalhadas, sobre o crédito. Essas informações indicam a existência de créditos, mas que ainda não foram auditados.*

*Não houve oportunidade de correção dos arquivos digitais, primeiro, pelo prazo de análise imposto pelo Poder Judiciário, e em segundo lugar porque, em regra, essa correção não tem como ser feita nas instâncias julgadoras. À vista de todo o exposto, a comprovação das informações prestadas já no pedido, deve ser oportunizada, por meio dos arquivos digitais corrigidos e outros elementos que o Fisco entender necessários.*

*Pelo exposto, proponho a conversão do julgamento em diligência, para que a Delegacia da Receita Federal promova auditoria nas informações já prestadas no pedido de ressarcimento, proferindo Despacho conclusivo quanto ao direito pretendido.*

Destaque-se que, assim como ocorreu no acórdão paradigmático, neste processo também se verificaram inconsistências nos arquivos digitais apresentados pelo contribuinte para demonstrar o crédito pleiteado.

---

<sup>3</sup> Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”.

Aplicando-se a decisão do paradigma ao presente processo, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do RICARF, voto por converter o julgamento em diligência, para que a Autoridade Preparadora analise a existência do crédito postulado, procedendo-se à auditoria das informações já prestadas no Pedido de Ressarcimento, valendo-se dos dados presentes nos arquivos digitais devidamente corrigidos e em outros elementos que entender necessários, proferindo-se despacho conclusivo quanto ao direito pretendido.

Após a manifestação fiscal, conceda-se vista ao contribuinte pelo prazo de 30 (trinta dias) para se manifestar acerca das conclusões.

Após, retornem-se os autos para julgamento.

(assinado digitalmente)

Winderley Moraes Pereira